

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.050 - RJ (2019/0349512-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DIEGO FERNANDES DO VALLE
ADVOGADOS : EDUARDO DAMIAN DUARTE - RJ106783
DIEGO FERNANDES DO VALLE - RJ185642
PEDRO DE ALBUQUERQUE E SÁ - RJ185608
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : WILSON CARLOS CORDEIRO DA SILVA CARVALHO
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que manteve a prisão preventiva do ora paciente no julgamento do Agravo regimental na Denúncia n. 00569795020188190000.

Verifica-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 333, parágrafo único (ao menos 47 vezes, na forma do art. 71), do CP.

Aponta-se na impetração a ausência de fundamentação concreta para a determinação de prisão do paciente, além do excesso de prazo, pois estaria preso há mais de 376 dias, não existindo a necessária contemporaneidade entre as razões que determinaram a prisão e a situação atual.

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, esclarece a decisão impugnada que o ora paciente, embora não mais ocupe cargo público desde 2014, sabidamente tentou interferir nas investigações e no desenrolar da ação penal, além de ser intermediário, cooptador de mais associados e encarregado de receber a propina em espécie, com poderes de ocultação e dissimulação, sendo certo que sua soltura poderia

Superior Tribunal de Justiça

facilitar a ocultação dos recursos desviados que ainda estejam nas contas da quadrilha dentro do Brasil e no exterior (fl. 64).

Quanto ao excesso de prazo, o tema não foi ainda analisado no Tribunal de origem e, de plano, não ficou evidenciado, observada a complexidade da ação penal em tela.

Por fim, cumpre destacar que já foi indeferido o pedido de extensão formulado pelo ora paciente nos autos do HC 484.586/RJ, constatada a ausência de identidade fático-processual entre a sua situação e a do corréu beneficiado com a liminar no referido processo.

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator